

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2020- IRP 40/2020

O presente certame será regido pela Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013, Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, Lei Complementar 123/06 e subsidiariamente pela Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

Tipo:	Menor Preço (41 ITENS)
Objeto:	Registro de preço para eventual aquisição de material de consumo e permanente (Materiais Esportivos e de Fisioterapia), conforme condições, quantidades, exigências e estimativas encaminhadas pela Faculdade de Educação Física e Fisioterapia/FEFF, estabelecidas neste instrumento..
Processo:	23105.015224/2020-03
Órgão Gerenciador:	154039-UFAM
Órgão Participante:	154039-UFAM
Sessão pública para recebimento das propostas de preços e dos documentos de habilitação:	
Data:	18/09/2020
Hora:	09:00 (horário de Brasília)
Local:	WWW.COMPRASNET.GOV.BR
Edital disponível a partir de:	08/09/2020
Dias, horários e local para leitura ou obtenção deste Edital:	
Dias:	Segunda a Sexta-feira (dias úteis e de expediente)
Horários:	De 08:00h às 17h00min
Local:	Sala de Licitações / UFAM Av. Rodrigo Otávio n.º 6.200, Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho, Setor Sul, Bloco “J”, Setor de Licitações, Coroadó – Manaus-AM, Telefone: (92) 3305-1181 ramal 4041, CEP 69.077-000.
Aviso de licitação divulgado no site: www.comprasnet.gov.br Edital disponível (gratuitamente) no site: www.comprasnet.gov.br	

Adriana Paula Maia de Souza

Pregoeiro(a)

PREGÃO ELETRÔNICO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMZNAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2020
(Processo Administrativo nº **23105.015224/2020-03**)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMZNAS, C.N.P.J. nº 04.378.626/0001-97, com sede na Av. Rodrigo Otávio nº 6.200, Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho, Coroado – Manaus-AM, por meio deste pregoeiro, designado pela Portaria – **PROADM nº 114/2019 de 19/09/2019**, publicado no DOU em 20/09/2019, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço por item, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: **18/09/2020**

Horário: **09:00 (horário de Brasília)**

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de **material de consumo e permanente (Materiais Esportivos e de Fisioterapia)**, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas encaminhadas pela Faculdade de Educação Física e Fisioterapia/FEFF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1.A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1.Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.2.Para todos os itens desta licitação a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.3.5. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.6. pessoas jurídicas que possuam em seus quadros societários servidores da FUA ou administradores que mantenham vínculo familiar com detentor de cargo em comissão ou função de confiança, atuante na área responsável pela demanda ou contratação, ou de autoridade a ele hierarquicamente superior;

4.3.7. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, **uma vez que a aquisição não se configura de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica;**

4.3.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.4.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.4.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.4.2. **que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;**

4.4.3. **que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;**

4.4.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.4.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.4.9. **Ainda como condição de participação, para fins de comprovação do subitem 4.3.6, o licitante deverá enviar a declaração de que não possuem em seus quadros societários servidores da FUA ou administradores que mantenham vínculo familiar com detentor de cargo em comissão ou função de confiança, atuante na área responsável pela demanda ou contratação, ou de autoridade a ele hierarquicamente superior, em cumprimento ao Acórdão Nº 409/2015 – TCU – Plenário, em conformidade com o modelo disponível Anexo II deste Edital**

4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 6.1.1. Valor unitário e total do item;
 - 6.1.2. Marca;
 - 6.1.3. Fabricante;
 - 6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. **O lance deverá ser ofertado pelo valor total/unitário do item;**

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. *O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,01% (um centésimo por cento)**.*

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

- 7.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 7.13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.18. O Critério de julgamento adotado será o **menor preço**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

- 7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
- 7.26.1. no país;
 - 7.26.2. por empresas brasileiras;
 - 7.26.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 7.26.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 7.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - 7.28.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 7.30. Para a aquisição de bens comuns de informática e automação, definidos no art. 16-A da Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência previsto no seu artigo 3º, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.
- 7.30.1. Nas contratações de bens e serviços de informática e automação, nos termos da Lei nº 8.248, de 1991, as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

- 8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.
- 8.2. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.
- 8.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 - TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

- 8.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;
- 8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 8.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.6.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 8.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 8.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 8.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 8.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2.É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3.O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas)** horas, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1.Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8. Habilitação jurídica:

9.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.8.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

9.8.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

9.8.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.8.10. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.9.8. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.10. Qualificação Econômico-Financeira.

9.10.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser

atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

9.10.2.2. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.3. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.10.2.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.10.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.10.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de **10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.11. **Qualificação Técnica**

9.11.1. **Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.**

9.12. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.19. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.19.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

- 10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
- 10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

- 11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente

ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

- 15.1. Será exigida garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação, complementar à legal, conforme prazos mínimos e demais regras constantes do Termo de Referência.

16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 16.1. *Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.*
- 16.2. *Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.*
- 16.3. *O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.*
- 16.4. *Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.*
- 16.4.1. *Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;*

17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 17.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

- 17.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 17.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento.
- 17.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 17.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- 17.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;
- 17.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
- 17.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.
- 17.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.
- 17.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.
- 17.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.
- 17.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 17.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.
- 17.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

18. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

- 18.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

- 19.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 20.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

21. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 21.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.
- 21.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.
- 21.3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.
- 21.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- 21.5. Use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.
- 21.6. Adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003.
- 21.7. Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento.
- 21.8. Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços.
- 21.9. Realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.
- 21.10. Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de

materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006.

- 21.11. Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e Preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

22. DO PAGAMENTO

- 22.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

- 23.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 23.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 23.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- 23.1.3. apresentar documentação falsa;
- 23.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 23.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 23.1.6. não mantiver a proposta;
- 23.1.7. cometer fraude fiscal;
- 23.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

- 23.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

- 23.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

- 23.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 23.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 23.4.2. Multa de **20% (vinte por cento)** sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 23.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 23.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

- 23.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 23.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 23.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 23.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 23.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 23.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 23.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 23.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 23.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 23.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

24. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 24.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
- 24.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.
- 24.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.
- 24.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/213.

25. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 25.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

25.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail cpl@ufam.edu.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Sala de Licitações / UFAM - Av. Rodrigo Otávio n.º 6.200, Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho, Setor Sul, Bloco "J", Setor de Licitações, Coroado – Manaus-AM, CEP 69.077-000..

25.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no **prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação**.

25.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

25.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública**, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

25.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos **no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido**, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

25.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

25.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

25.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração..

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

26.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

26.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

26.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

26.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

26.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

26.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

- 26.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 26.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 26.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://proadm.ufam.edu.br/menu06item01.html>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço **Sala de Licitações / UFAM** - Av. Rodrigo Otávio n.º 6.200, Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho, Setor Sul, Bloco “J”, Setor de Licitações, Coroadó – Manaus-AM, **CEP 69.077-000**, nos dias úteis, no horário das **08h** horas às **17h** horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 26.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 26.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;
 - 26.12.2. ANEXO II – Modelo de Declaração de Inexistência de Vínculo Familiar;
 - 26.12.3. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços.

Manaus, 04 de setembro de 2020.

TIAGO LUZ DE OLIVEIRA
Coordenador Geral de Licitações
Universidade Federal do Amazonas

ANEXO - I
TERMO DE REFERÊNCIA 13/2020
 IRP 40/2020
 ETP 03/2020

1 DO OBJETO

1.1 Aquisição de materiais de consumo e permanentes (Materiais Esportivos e de Fisioterapia), conforme condições, quantidades, exigências e estimativas encaminhadas pela Faculdade de Educação Física e Fisioterapia/FEFF, estabelecidas neste instrumento:

ITEM	CATMAT E DESCRIÇÃO DO MATERIAL	TIPO DE BENEFÍCIO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL DO ITEM
01	253690 - BOMBA ENCHER - MATERIAL CORPO PLÁSTICO, MATERIAL BICO AÇO INOXIDÁVEL, TAMANHO ÚNICO. OBSERVAÇÕES DO ITEM: ACOMPANHA MANGUEIRA E UMA AGULHA	I	UNIDADE	20	R\$ 39,14	R\$ 782,80
02	150805 – BOLA ESPORTIVA, BOLA DE INICIAÇÃO Nº 8 MATRIZADA. CONFECCIONADA EM BORRACHA TEXTURIZADA. DIÂMETRO: 40 - 42 CM. PESO: 110 - 120 G. MIOLO SUBSTITUÍVEL. RANHURAS EM TODA SUPERFÍCIE DA BOLA.	I	UNIDADE	25	R\$ 47,13	R\$ 1.178,25
03	150805 – BOLA ESPORTIVA, BOLA DE INICIAÇÃO Nº 10 MATRIZADA. CONFECCIONADA EM BORRACHA. - MIOLO SUBSTITUÍVEL. - CÂMARA EM BUTIL. DIÂMETRO: 48 - 50 CM. PESO: 180 - 200 G.	I	UNIDADE	25	R\$ 50,82	R\$ 1.270,50
04	150805 – BOLA ESPORTIVA, BOLA DE INICIAÇÃO Nº 12 MATRIZADA. CONFECCIONADA EM BORRACHA. DIÂMETRO: 57 - 59 CM. PESO: 250 - 270 G. MIOLO: SUBSTITUÍVEL	I	UNIDADE	25	R\$ 53,16	R\$ 1.329,00

	LUBRIFICADO. CÂMARA: BUTIL					
05	150805 – BOLA ESPORTIVA, BOLA DE INICIAÇÃO Nº 14 MATRIZADA. CONFECCIONADA EM BORRACHA. DIÂMETRO: 65 - 67 CM. PESO: 350 - 370 G. MIOLO: SUBSTITUÍVEL. CÂMARA: BUTIL.	I	UNIDADE	25	R\$ 57,33	R\$ 1.433,25
06	284627 - MATERIAL FISIOTERAPIA, TIPO: BOLA CRESPA, MATERIAL: BORRACHA NATURAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PARA DESENSIBILIZAÇÃO, TAMANHO: P	I	UNIDADE	20	R\$ 35,54	R\$ 710,80
07	284625 - MATERIAL FISIOTERAPIA, TIPO: BOLA CRESPA, MATERIAL: BORRACHA NATURAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PARA DESENSIBILIZAÇÃO, TAMANHO: G	I	UNIDADE	15	R\$ 69,91	R\$ 1.048,65
08	150805 – BOLA ESPORTIVA, BOLAS DE INICIAÇÃO Nº 8 MATRIZADA - BOLAS DE INICIAÇÃO Nº 8 MATRIZADA, CONFECCIONADA COM BORRACHA. COMPOSIÇÃO: BORRACHA NATURAL E BORRACHA POLIBUTADIENO. PARA USO EM ATIVIDADE COMO FUTEBOL E HANDEBOL. DIÂMETRO 13,1 CM, CIRCUNFERÊNCIA DE 40,9 CM E PESO 260 G.	I	UNIDADE	25	R\$ 61,13	R\$ 1.528,25
09	150805 - BOLA ESPORTIVA, BOLA PARA RECREAÇÃO/INICIAÇÃO, Nº10 MIOLO DO TIPO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E		UNIDADE	25	R\$ 33,40	R\$ 835,00

	LUBRIFICADO, BORRACHA MATRIZADA, CÂMARA DO TIPO AYRBILIT. PARA INICIAÇÃO ESPORTIVA EM ATIVIDADE COMO FUTEBOL E HANDEBOL. DIÂMETRO 16,6 CM, CIRCUNFERÊNCIA DE 50,5 CM E PESO 350 G .					
10	150805 - BOLA ESPORTIVA - BOLA DE BASQUETEBOL MASCULINO: BOLA DE BASQUETEBOL OFICIAL, TAMANHO MASCULINO, MATRIZADA, CONFECCIONADA EM MICROFIBRA DE PU. BOLA OFICIAL DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASQUETE (CBB) E APROVADA PELA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE BASQUETE (FIBA), COM PESO APROXIMADO DE 600 A 650 GRAMAS, PRESSÃO DE 7 A 9 LIBRAS, CIRCUNFERÊNCIA DE 75 A 78 CM. CÂMARA AIRBILITY; MATRIZADA; MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO. REF.: MARCA PENALTY, EQUIVALENTE OU DE MELHOR QUALIDADE. REF: MODELO 7.5 PRÓ DA MARCA PENALTY.	I	UNIDADE	15	R\$ 236,60	R\$ 3.549,00
11	260029 - BOLA FUTSAL, MATERIAL MICROFIBRA, PESO CHEIA 400 A 440, CIRCUNFERÊNCIA 62 A 64, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COSTURADA, 32 GOMOS E SELO DE QUALIDADE DA CBFS. OBSERVAÇÕES DO ITEM: TIPO PENALTY OU SUPERIOR	I	UNIDADE	30	R\$ 156,65	R\$ 4.699,50

12	150805 – BOLA ESPORTIVA, BOLA DE VOLEIBOL OFICIAL BOLA DE VOLEIBOL OFICIAL PRÓ 6.0. BOLA DE VOLEI OFICIAL, MATRIZADA, DESENHO EM 18 GOMOS E CONFECCIONADA EM MICROFIBRA. APROVADA PELA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL (CBV). CIRCUNFERÊNCIA: 65-67 CM, PESO: 260-280 G. CÂMARA AIRBILITY MICROFIBRA, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO.	I	UNIDAD E	20	R\$ 350,01	R\$ 7.000,20
13	150168 - BOLA HANDEBOL - BOLA DE HANDEBOL, TIPO USO PROFISSIONAL FEMININO. REFERÊNCIA: TAMANHO H2L FEMININO. MATERIAL: CONFECCIONADA EM PU (POLIURETANO). 32 GOMOS. CIRCUNFERÊNCIA APROXIMADA: 57 CM. PRESSÃO APROXIMADA: 6 LIBRAS. PESO APROXIMADO: 360 GRAMAS. COSTURADA. PRODUTO PREFERENCIALMENTE DE FABRICAÇÃO NACIONAL. MARCA/MODELO DE REFERÊNCIA: PENALTY H2L ULTRA GRIP.	I	UNIDAD E	05	R\$ 155,41	R\$ 777,05
14	150168 – BOLA HANDEBOL - BOLA DE HANDEBOL MASCULINO, OFICIAL H3L, EM PU ULTRAGRIP, COM COSTURA, 32 GOMOS, CÂMARA AIRBILITY FEITA DE BORRACHA BUTÍLICA COM MIOLO DE VÁLVULA REMOVÍVEL E AUTO LUBRIFICÁVEL, CIRCUNFERÊNCIA DE 58 A 60CM. APROVADA PELA	I	UNIDAD E	05	R\$ 150,65	R\$ 753,25

	IHF (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE HANDEBOL) E CERTIFICADA PELA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HANDEBOL. PADRÃO PENALTY OU SUPERIOR.					
15	370704 - HALTERE, FERRO, MACIÇO, BORRACHA PVC - CLORETO DE POLIVINILA, BOLAS NAS LATERAIS, 3 KG, AZUL.	I	UNIDADE	05	R\$ 34,98	R\$ 174,90
16	261400 - HALTERE, MATERIAL: FERRO, TIPO: MACIÇO, REVESTIMENTO: PINTADO, FORMA: BOLAS NAS LATERAIS, PESO: 4 KG, APLICAÇÃO: GINÁSTICA E MUSCULAÇÃO	I	UNIDADE	05	R\$ 58,25	R\$ 291,25
17	261397 - HALTERE, MATERIAL: FERRO, TIPO: MACIÇO, REVESTIMENTO: PINTADO, FORMA: BOLAS NAS LATERAIS, PESO : 5 KG, APLICAÇÃO: GINÁSTICA E MUSCULAÇÃO	I	UNIDADE	05	R\$ 73,50	R\$ 367,50
18	464701 - BOLA FUTSAL. BOLA FUTSAL COM GUIZO, MATERIAL PU, PESO CHEIA 410 A 440 G, CIRCUNFERÊNCIA 62 A 64 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM CÂMERA DE BUTIL COM GUIZO	I	UNIDADE	10	R\$ 171,95	R\$ 1.719,50
19	5924 - CORDA, CORDA DE NAILON (NYLON) NOME. CORDA ELÁSTICA 6,5 M, MATERIAL ELÁSTICO E NYLON 08 MM DE DIÂMETRO, COM COMPRIMENTO DE APROXIMADAMENTE 6,5 METROS. PESO 200 G. COM REVESTIMENTO DE POLIPROPILENO.	I	UNIDADE	12	R\$ 9,01	R\$ 108,12

20	464863 - EQUIPAMENTO / ACESSÓRIOS DESPORTO. EQUIPAMENTO / ACESSÓRIOS DESPORTO, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO CONE, USO TREINAMENTO. OBSERVAÇÕES DO ITEM: CONE SINALIZAÇÃO DE ALTA RESISTÊNCIA, MATERIAL: PVC FLEXÍVEL, ALTURA: MÍNIMO 72 CM, COR: LARANJA FLUORESCENTE, PESO: MÍNIMO 3 KG, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BASE QUADRADA, C,2 COLARES REFLETIVOS AUTO-ADESIVO	I	UNIDADE	60	R\$ 110,76	R\$ 6.645,60
21	229741 - CANELEIRA, MATERIAL: BORRACHA, TIPO: SIMPLES, TAMANHO: G, COR :AZUL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REGULÁVEL, PESO:1 KG, USO:GINÁSTICA	I	UNIDADE	04	R\$ 40,60	R\$ 162,40
22	229742 - CANELEIRA, MATERIAL: BORRACHA, TIPO: SIMPLES, TAMANHO: G, COR :AZUL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REGULÁVEL, PESO:2 KG, USO:GINÁSTICA	I	UNIDADE	04	R\$ 51,29	R\$ 205,16
23	261462 - CANELEIRA, MATERIAL: BORRACHA, TIPO: SIMPLES, TAMANHO: P, COR:AZUL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:REGULÁVEL, PESO:3 KG, USO:GINÁSTICA	I	UNIDADE	04	R\$ 40,96	R\$ 163,84
24	261460 - CANELEIRA, MATERIAL : BORRACHA, TIPO:SIMPLES, TAMANHO:M, COR:AZUL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:REGULÁVEL,	I	UNIDADE	04	R\$ 38,38	R\$ 153,52

	PESO:4 KG, USO:GINÁSTICA					
25	447975 - CONE, MATERIAL PVC ALTURA 4 CM APLICAÇÃO ATIVIDADE FÍSICA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CONE, CHAPÉU CHINÊS, DEMARCATÓRIO, CORES VARIADAS	I	EMBALA GEM 30 UN	02	R\$ 105,98	R\$ 211,96
26	355231 - GIZ QUADRO NEGRO, MATERIAL: GIPSITA, ÁGUA E PELÍCULA PLASTIFICANTE, TIPO: CILÍNDRICO, COR: VARIADA, COMPRIMENTO: (MÍNIMO) 81 MM, DIÂMETRO: (MÍNIMO) 10 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PLASTIFICADO, ANTIALÉRGICO E COLORIDO.	I	CAIXA 50 UN	04	R\$ 10,86	R\$ 43,44
27	239353 - GIZ CERA, MATERIAL: CERA PLÁSTICA COM CORANTE ATÓXICO, COR: VARIADAS, TAMANHO: PEQUENO, ESPESSURA: FINA	I	CAIXA 12 UN	12	R\$ 4,47	R\$ 53,64
28	405770 - BRINQUEDO EM GERAL, MATERIAL: VINIL, TIPO: JOGO BOLICHE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ATÓXICO E LAVÁVEL, COMPONENTES: 6 PINOS E 1 BOLA.	I	UNIDAD E	03	R\$ 62,15	R\$ 186,45
29	466284 - JOGO, BRINQUEDO PEDAGÓGICO, TIPO: VARETA, MATERIAL: PLÁSTICO, QUANTIDADE: 31	I	UNIDAD E	03	R\$ 31,62	R\$ 94,86
30	71234 - GEL PARA TOUCADOR, GEL ULTRASSONOGRRAFIA - GEL CONDUTOR - GEL CONDUTOR INCOLOR OU AZUL PARA ULTRASSOM -	I	UNIDAD E	02	R\$ 43,90	R\$ 87,80

	GEL CONDUTOR INCOLOR OU AZUL PARA ULTRASSOM, 5 LITROS. O GEL CONDUTOR AZUL PARA ULTRASSOM, TENS, FES, CORRENTES, ELETROCARDIOGRAMA COMPOSIÇÃO: COMPOSIÇÃO: POLÍMERO CARBOXIVINÍLICO, IMIDAZOLIDILURÉIA, METIL PARABENO, 2 AMINO, 2 METIL, 1 PROPANOL (AMP), ÁGUA DEIONIZADA E CORANTE AZUL, POSSUI O PH NEUTRO QUE VARIA DE 6,5 A 7,0					
31	413589 - ARCO DE GINÁSTICA RÍTMICA (BAMBOLE), MATERIAL SINTÉTICO, DIÂMETRO 0,80, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS JUNÇÃO VULCANIZADA	I	UNIDADE	20	R\$ 23,26	R\$ 465,20
32	150380 - APARELHO GINÁSTICA, PLINTO PIRAMIDAL (DE MADEIRA COM 6 GAVETAS REMOVÍVEIS PARA AJUTE DO APARELHO; ALTURA DE 135CM; PARTE SUPERIOR COM MATERIAL ANTIDERRAPANTE E RESISTENTE A RASGOS). ACOLCHOADO COM ESPUMA DE ALTA DENSIDADE. SEM UTILIZAÇÃO DE PREGOS. PRECISA SUPORTAR O PESO DE UMA PESSOA.	I	UNIDADE	02	R\$ 2.174,82	R\$ 4.349,64
33	150805 - BOLA ESPORTIVA, BOLA PARA GINÁSTICA RÍTMICA. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: CONFECCIONADA EM BORRACHA OU PLÁSTICO, PESO MÍNIMO DE 300G. DESENVOLVIDA DE ACORDO COM AS NORMAS INTERNACIONAIS QUE	I	UNIDADE	10	R\$ 46,14	R\$ 461,40

	REGULAM A MODALIDADE.					
34	150805 – BOLA ESPORTIVA, BOLA DE GINÁSTICA RÍTMICA. CATEGORIA 400G. TIPO PROFISSIONAL OU MATERIAL SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR. DESENVOLVIDA DE ACORDO COM AS NORMAS INTERNACIONAIS QUE REGULAM A MODALIDADE.	I	UNIDADE	10	R\$ 61,00	R\$ 610,00
35	237838 - FITA GINÁSTICA RÍTMICA, MATERIAL: CETIM, COMPRIMENTO: 6 M, LARGURA: 7 CM, COR: AZUL	I	UNIDADE	15	R\$ 48,78	R\$ 731,70
36	150652 - EQUIPAMENTO / ACESSÓRIOS DESPORTO, FITA DE GINÁSTICA RÍTMICA MATERIAL: CETIM. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: PESO MÍNIMO DE 35G DIMENSÕES: 4 CM DE LARGURA POR 6M DE COMPRIMENTO.	I	UNIDADE	15	R\$ 20,92	R\$ 313,80
37	150652 - EQUIPAMENTO / ACESSÓRIOS DESPORTO, FITA DE GINÁSTICA RÍTMICA, MATERIAL: CETIM. DIMENSÕES: 5 CM DE LARGURA POR 6M DE COMPRIMENTO, CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: PESO MÍNIMO DE 35G	I	UNIDADE	15	R\$ 28,16	R\$ 422,40
38	150652 - EQUIPAMENTO / ACESSÓRIOS DESPORTO, CORDA DE GINÁSTICA RÍTMICA (GR) 9MM DE DIÂMETRO COM 3METROS. PRODUZIDA DE ACORDO COM AS NORMAS DA FIG., CONFECCIONADA COM FIOS TRANÇADOS DE SEDA SINTÉTICA.	I	UNIDADE	10	R\$ 26,76	R\$ 267,60

39	70491 - JOGO, BRINQUEDO PEDAGÓGICO, ESTILETE DE GINÁSTICA RÍTMICA. CONFECCIONADO EM FIBRA DE VIDRO. COM 45 CM DE COMPRIMENTO. CABEÇOTE COM SISTEMA DE PISTÃO BI-ARTICULADO. GANCHO PARA FIXAR A FITA NO ESTILETE E EMPUNHADURA NA COR PRETA. FABRICADO EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA FIG. (45CM)	I	UNIDADE	10	R\$ 150,62	R\$ 1.506,20
40	70491 - JOGO, BRINQUEDO PEDAGÓGICO, ESTILETE DE GINÁSTICA RÍTMICA. CONFECCIONADO EM FIBRA DE VIDRO. COM 55 CM DE COMPRIMENTO. CABEÇOTE COM SISTEMA DE PISTÃO BI-ARTICULADO. GANCHO PARA FIXAR A FITA NO ESTILETE E EMPUNHADURA NA COR PRETA. FABRICADO EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA FIG. (55CM)	I	UNIDADE	10	R\$ 90,67	R\$ 906,70
41	150652 - EQUIPAMENTO, ACESSÓRIOS DESPORTO, COLCHÃO MODELO GORDO ÁREA DE QUEDA PARA GINÁSTICA ARTÍSTICA; MEDIDA 300X190X30CM; FABRICADO COM ESPUMA ESPECIAL DE QUALIDADE COM 28KG/M (D28), REVESTIDO EM LONA VINILICA DE ALTA RESISTÊNCIA, SOLDA ELETRÔNICA NAS EMENDAS; CANTONEIRAS EM COURO; TELAS DE NYLON NAS LATERAIS PARA SAÍDA DE AR; COR AZUL. MODELO COMPETIÇÃO.	I	UNIDADE	02	R\$ 3.528,89	R\$ 7.057,78

42	330590 - TATAME, MATERIAL: E.V.A., COMPRIMENTO PLACA: 1,10 M, LARGURA PLACA: 1,10 M, ESPESSURA PLACA: 40 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: INTENSIDADE DE IMPACTO ALTA PROTEÇÃO, ANTI-DERRAPA	I	UNIDADE	02	R\$ 200,73	R\$ 401,46
43	413589 - ARCO DE GINÁSTICA RÍTMICA (BAMBOLÊ), MATERIAL SINTÉTICO, DIÂMETRO 0,80, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS JUNÇÃO VULCANIZADA	I	UNIDADE	10	R\$ 35,37	R\$ 353,70
44	150805 – BOLA ESPORTIA, BOLAS PARA MALABARES. BOLHA 62MM VINIL PESO: 120G PINO: AZUL TEXTURA: LISA OU PÊSSEGO CORES VARIADAS: 9 AZUL, 9 VERMELHO, 9 VERDE ESCURO, 9 AMARELO FLÚOR, 8 ROSA FLÚOR, 8 LARANJA FLÚOR E 8 BRANCO.	I	UNIDADE	20	R\$ 60,11	R\$ 1.202,20
45	139572 - COLCHONETE GINÁSTICA, MATERIAL EVA. MEDIDAS APROXIMADAS: 180CM X 60CM X 5MM. LEVE, FLEXÍVEL, ATÓXICO E LAVÁVEL. FÁCIL DE TRANSPORTAR, POIS CONTA COM DOIS ELÁSTICOS PARA PRENDÊ-LO QUANDO ENROLADO	I	UNIDADE	20	R\$ 47,57	R\$ 951,40
46	150348 - COLETE, MATERIAL: POLIÉSTER, COR: VERDE, TAMANHO: G, USO: ESPORTIVO PARA JOGOS COLETIVOS. MODELO: ABERTO LATERALMENTE E PRESO POR ELÁSTICO	I	UNIDADE	100	R\$ 52,36	R\$ 5.236,00
47	150348 - COLETE, MATERIAL: POLIÉSTER,	I	UNIDADE	100	R\$ 48,40	R\$ 4.840,00

	COR: AZUL, TAMANHO: G, USO: ESPORTIVO PARA JOGOS COLETIVOS. MODELO: ABERTO LATERALMENTE E PRESO POR ELÁSTICO					
48	66052 - RAQUETE ESPORTIVA, RAQUETE PARA ARTES MARCIAIS EM COURO. RAQUETES DUPLA FACE CONFECCIONADAS EM COURO SINTÉTICO, ENCHIMENTO DE BORRACHA EVA E ESPUMA, NAS CORES VERMELHA, AZUL E PRETA, TAMANHO ÚNICO.	I	UNIDADE	30	R\$ 261,74	R\$ 7.852,20
49	150652 - EQUIPAMENTO / ACESSÓRIOS DESPORTO, MATERIAL COURO SINTÉTICO TIPO MANOPLA APARADORA DE SOCO DIMENSÕES 20 X 25 X 5 CM USO TREINAMENTO DE ARTES MARCIAIS CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS AJUSTE FAIXA REGULAVEL EM VELCRO. FABRICADAS EM(PU), ENCHIMENTO INTERNO COM DUAS PLACAS DE EVA 20MM. USO: TREINAMENTO DE ARTES MARCIAIS	I	UNIDADE	10	R\$ 172,36	R\$ 1.723,60
50	29858 - LUVA DE BOXE, PAR DE LUVA DE BOXE/MUAYTHAI, TAMANHO P, ADULTO, UNISSEX, INDICADO PARA: TREINO E COMPETIÇÃO, MATERIAL: PU, TECNOLOGIA: ANTIDOR, PESO DO PRODUTO: 547G (O PAR), QUANTIDADE: (O PAR), COMPOSIÇÃO: PU FLEXÍVEL DE ALTA RESISTÊNCIA E ESPUMA DE ALTA DENSIDADE/ REVESTIMENTO: TECIDO ANTIBACTERICIDA/ FECHAMENTO: VELCRO	I	UNIDADE	10	R\$ 205,45	R\$ 2.054,50

	CORES VERMELHAS E PRETAS, TAMANHOS PEQUENAS ; ADULTO.					
51	29858 - LUVA DE BOXE , PAR DE LUVA DE BOXE/MUAYTHAI, TAMANHO M, UNISSEX, INDICADO PARA: TREINO E COMPETIÇÃO, MATERIAL: PU, TECNOLOGIA: ANTIODOR, PESO DO PRODUTO: 547G (O PAR), DEFINIÇÃO DA TECNOLOGIA: PREVINE O MAU CHEIRO, QUANTIDADE: (O PAR), COMPOSIÇÃO: PU FLEXÍVEL DE ALTA RESISTÊNCIA E ESPUMA DE ALTA DENSIDADE/ REVESTIMENTO: TECIDO ANTIBACTERICIDA . CORES VERMELHAS E PRETAS, TAMANHOS MEDIO ; ADULTO	I	UNIDADE	10	R\$ 205,45	R\$ 2.054,50
52	150652 - EQUIPAMENTO / ACESSÓRIOS DESPORTO , MATERIAL COURO SINTÉTICO. APARADOR DE CHUTE E SOCO. USO: TREINAMENTO DE ARTES MARCIAIS. FABRICADO EM PU E NYLON TRANÇADO, ENCHIMENTO INTERNO COM ESPUMA D45, MAIS DUAS PLACAS DE EVA DE 15MM, FECHAMENTO EM ZÍPER, COM APOIO PARA ANTEBRAÇOS E PULSOS COM FECHAMENTO EM VELCRO, MEDIDA APROXIMADA: 0,40X0,20X0,10. USO: TREINAMENTO DE ARTES MARCIAIS,	I	UNIDADE	20	R\$ 186,67	R\$ 3.733,40
53	108669 - ARTES MARCIAIS - ARTIGOS / ACESSÓRIOS / PROTETORES , PROTETOR DE CABEÇA (CAPACETE) PARA LUTAS DE ARTES MARCIAIS. PROTETORES DE	I	UNIDADE	16	R\$ 184,55	R\$ 2.952,80

	CABEÇA DE TAEKWONDO, FABRICADOS EM PU, CORES AZUL E VERMELHO, TAMANHOS PEQUENO, MÉDIO E GRANDE. USO: TREINAMENTO DE ARTES MARCIAIS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FECHAMENTO COM VELCRO					
54	108669 - ARTES MARCIAIS - ARTIGOS / ACESSÓRIOS / PROTETORES, PROTETOR DE TÓRAX PARA UNISSEX EM COURO DUPLA FACE, COM REVESTIMENTO QUE ABSORVE IMPACTO DE SOCOS E CHUTES. TAMANHO P ADULTO. PROTETORES DE TRONCO (TÓRAX) DE TAEKWONDO, FABRICADOS EM PU, CORES AZUL E VERMELHO, TAMANHOS PEQUENO, USO: TREINAMENTO DE ARTES MARCIAIS	I	UNIDADE	08	R\$ 271,18	R\$ 2.169,44
55	108669 - ARTES MARCIAIS - ARTIGOS / ACESSÓRIOS / PROTETORES, PROTETOR DE TÓRAX PARA UNISSEX EM COURO DUPLA FACE, COM REVESTIMENTO QUE ABSORVE IMPACTO DE SOCOS E CHUTES. TAMANHO M ADULTO. PROTETORES DE TRONCO (TÓRAX) DE TAEKWONDO, FABRICADOS EM PU, CORES AZUL E VERMELHO, TAMANHOS MÉDIO, USO: TREINAMENTO DE ARTES MARCIAIS	I	UNIDADE	08	R\$ 271,18	R\$ 2.169,44
56	108669 - ARTES MARCIAIS - ARTIGOS / ACESSÓRIOS / PROTETORES,	I	UNIDADE	08	R\$ 271,18	R\$ 2.169,44

	PROTETOR DE TÓRAX PARA UNISSEX EM COURO DUPLA FACE, COM REVESTIMENTO QUE ABSORVE IMPACTO DE SOCOS E CHUTES. TAMANHO G ADULTO. PROTETORES DE TRONCO (TÓRAX) DE TAEKWONDO, FABRICADOS EM PU, CORES AZUL E VERMELHO, TAMANHOS GRANDE, USO: TREINAMENTO DE ARTES MARCIAIS					
57	116378 - COTOVELEIRA , PROTETOR DE ANTEBRAÇO COM COTOVELEIRA USADO NA PARA PRÁTICA DE TAEKWONDO, MUAE THAY OU KARATÊ. FEITO DE COURO SINTÉTICO. ALTA RESISTÊNCIA E DURABILIDADE TAMANHO MÉDIO. PROTETORES DE ANTEBRAÇO DE TAEKWONDO, FABRICADOS EM PU OU EVA, CORES AZUL E VERMELHO, TAMANHOS MÉDIO	I	PAR	05	R\$ 144,12	R\$ 720,60
58	116378 - COTOVELEIRA , PROTETOR DE ANTEBRAÇO COM COTOVELEIRA USADO NA PARA PRÁTICA DE TAEKWONDO, MUAE THAY OU KARATÊ. FEITO DE COURO SINTÉTICO. ALTA RESISTÊNCIA E DURABILIDADE TAMANHO GRANDE. PROTETORES DE ANTEBRAÇO DE TAEKWONDO, FABRICADOS EM PU OU EVA, CORES AZUL E VERMELHO, TAMANHOS GRANDE.	I	PAR	05	R\$ 144,12	R\$ 720,60
59	450350 - CANELEIRA, MATERIAL:	I	PAR	10	R\$ 297,20	R\$ 2.972,00

	POLIPROPILENO COM REVESTIMENTO EM ESPUMA SINTÉTICA, TIPO: PROTETOR DE CANELA E PEITO DO PÉ, TAMANHO: G, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FECHAMENTO EM VELCRO COM ELÁSTICO, USO: ARTES MARCIAIS					
60	151061 - CORDA , CORDA ELÁSTICA: EM ELÁSTICO E NYLON, COM APROXIMADAMENTE 8MM DE DIÂMETRO E 6 METROS DE COMPRIMENTO, PESO LÍQUIDO APROXIMADO 200G. USO: TREINAMENTO DE ARTES MARCIAIS.	I	UNIDAD E	10	R\$ 14,89	R\$ 148,90
61	151061 - CORDA , CORDA ELÁSTICA, MATERIAL ELÁSTICO E NYLON. USO: TREINAMENTO DE ARTES MARCIAIS.CORDAS ELÁSTICAS DE 10M, ESPESSURA 6MM.	I	UNIDAD E	10	R\$ 47,00	R\$ 470,00
62	289458 - BANDAGEM , MATERIAL TECIDO 100% ALGODÃO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS BAINHA COM DUPLA COSTURA,FORMATO TRIANGULAR, DIMENSÕES 100 X 100 X 142 CM	I	UNIDAD E	100	R\$ 27,87	R\$ 2.787,00
63	150652 - EQUIPAMENTO / ACESSÓRIOS DESPORTO , TALA PARA IMOBILIZAÇÃO ARAMADA EM EVA. TAMANHO: PP. TALAS MOLDÁVEIS, FABRICADAS EM EVA, TAMANHOS PP CORES ROXA, AZUL, LARANJA, VERDE; UTILIZAÇÃO: IMOBILIZAÇÃO TEMPORÁRIA	I	UNIDAD E	40	R\$ 25,40	R\$ 1.016,00
64	150652 - EQUIPAMENTO / ACESSÓRIOS DESPORTO	I	UNIDAD E	40	R\$ 22,20	R\$ 888,00

	, TALA ARAMADA MOLDÁVEL MODELO RESGATE EM EVA PARA IMOBILIZAÇÃO DE MEMBROS SEM VELCRO TAMANHO PEQUENO - TALA ARAMADA MOLDÁVEL MODELO RESGATE EM EVA PARA IMOBILIZAÇÃO DE MEMBROS SEM VELCRO TAMANHO PEQUENO CORES ROXA, AZUL, LARANJA, VERDE. UTILIZAÇÃO: IMOBILIZAÇ ÃO TEMPORÁRIA					
65	150652 - EQUIPAMENTO / ACESSÓRIOS DESPORTO , TALA ARAMADA MOLDÁVEL MODELO RESGATE EM EVA PARA IMOBILIZAÇÃO DE MEMBROS SEM VELCRO TAMANHO MÉDIO - TALA ARAMADA MOLDÁVEL MODELO RESGATE EM EVA PARA IMOBILIZAÇÃO DE MEMBROS SEM VELCRO TAMANHO MÉDIO TAMANHOS M CORES ROXA, AZUL, LARANJA, VERDE. UTILIZAÇÃO: IMOBILIZAÇ ÃO TEMPORÁRIA	I	UNIDAD E	40	R\$ 25,73	R\$ 1.029,20
66	150652 - EQUIPAMENTO / ACESSÓRIOS DESPORTO , TALA ARAMADA MOLDÁVEL MODELO RESGATE EM EVA PARA IMOBILIZAÇÃO DE MEMBROS SEM VELCRO TAMANHO GRANDE - TALA ARAMADA MOLDÁVEL MODELO RESGATE EM EVA PARA IMOBILIZAÇÃO DE MEMBROS SEM VELCRO TAMANHO GRANDE. TALAS MOLDÁVEIS, FABRICADAS EM EVA, TAMANHOS G, CORES ROXA, AZUL, LARANJA, VERDE,	I	UNIDAD E	40	R\$ 32,03	R\$ 1.281,20

	UTILIZAÇÃO: IMOBILIZAÇÃO TEMPORÁRIA					
67	446603 - FITA HOSPITALAR, TIPO: ESPARADRAPO, IMPERMEÁVEL, MATERIAL: ALGODÃO, COMPONENTES: ADESIVO À BASE DE ZINCO, DIMENSÕES: CERCA DE 10 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: HIPOALERGÊNICO, COR: COM COR	I	ROLO 30 M	1.500	R\$ 14,48	R\$ 21.720,00
68	269980 - COMPRESSA GAZE, MATERIAL: TECIDO 100% ALGODÃO, TIPO: 9 FIOS,CM2, MODELO: COR BRANCA,ISENTA DE IMPUREZAS, CAMADAS: 8 CAMADAS, LARGURA: 7,50 CM, COMPRIMENTO: 7,50 CM, DOBRAS: 5 DOBRAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ESTÉRIL,DESCARTÁVEL.	I	PACOTE 10 UN	1.500	R\$ 8,86	R\$ 13.290,00
69	410545 - LUVA CIRÚRGICA, MATERIAL: LÁTEX NATURAL, TAMANHO: 9, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COMPRIMENTO MÍNIMO DE 28CM, APRESENTAÇÃO: SEM PÓ, ANTIALÉRGICA, TIPO USO: DESCARTÁVEL, FORMATO: ANATÔMICO, EMBALAGEM: CONFORME NORMA ABNT C, ABERTURA ASSÉPTICA.	I	CAIXA 100 UN	3.000	R\$ 19,41	R\$ 58.230,00
70	460133 - ATADURA, TIPO 1: CREPOM, MATERIAL 1: 100% ALGODÃO, DIMENSÕES: 10 CM, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL.	I	ROLO 1,80 M	1.000	R\$ 8,53	R\$ 8.530,00

71	446361 - ATADURA, TIPO 1: ELÁSTICA, MATERIAL 1: TECIDO MISTO, DIMENSÕES: 12 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 1: AUTO-ADERENTE, ADICIONAL: HIPOALERGÊNICA, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL.	I	ROLO 1,80 M	1.000	R\$ 4,99	R\$ 4.990,00
72	446325 - ATADURA, TIPO 1: ELÁSTICA, MATERIAL 1: TECIDO MISTO, DIMENSÕES: 15 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 1: AUTO-ADERENTE, ADICIONAL: HIPOALERGÊNICA, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL.	I	ROLO 1,80 M	100	R\$ 9,69	R\$ 969,00
73	460134 - ATADURA, TIPO 1: CREPOM, MATERIAL 1: 100% ALGODÃO, DIMENSÕES: 20 CM, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL.	I	ROLO 1,80 M	100	R\$ 9,69	R\$ 969,00
74	150652 - EQUIPAMENTO / ACESSÓRIOS DESPORTO , TATAME EM E.V.A COM ENCAIXE: PEÇA EM ETILENO ACETATO DE VINILA, ESPECIALMENTE DESENVOLVIDO PARA ABSORÇÃO DE IMPACTOS. COR: VERMELHO . COM 22MM DE ESPESSURA). COMPRIMENTO PLACA: 1 M, LARGURA PLACA: 1 M, (LARGURA E COMPRIMENTO- FORMATO QUADRADO COM PONTOS DE ENCAIXE); . KIT COM 8 PLACAS. (64 PLACAS NO TOTAL)	I	UNIDAD E	08	R\$ 550,00	R\$ 4.400,00
75	150652 - EQUIPAMENTO / ACESSÓRIOS DESPORTO , TATAME EM E.V.A COM ENCAIXE: PEÇA EM ETILENO ACETATO DE VINILA, ESPECIALMENTE	I	UNIDAD E	10	R\$ 550,00	R\$ 5.500,00

	DESENVOLVIDO PARA ABSORÇÃO DE IMPACTOS . COR AZUL ROYAL. COM 22MM DE ESPESSURA. COMPRIMENTO PLACA: 1 M, LARGURA PLACA: 1 M, (LARGURA E COMPRIMENTO- FORMATO QUADRADO COM PONTOS DE ENCAIXE); COR: AZUL ROYAL. KIT COM PLACAS. KIT COM 8 PLACAS. (NO TOTAL SÃO 80 PLACAS)					
76	150563 - BOLA FUTEBOL CAMPO OFICIAL OITO GOMOS, CÂMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL, TECNOLOGIA TERMOTEC, CIRCUNFERÊNCIA 68 A 70 CM, PESO 396 A 453 GRAMAS, COMPOSIÇÃO PU, TAMANHO 05. CONTENDO RECONHECIMENTO E CHANCELA DA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE FUTEBOL (FIFA)APROVADA PELA FIFA. TIPO FEDERAÇÃO PAULISTA DE FUTEBOL. NÚMERO 5. TIPO PENALTY OU SUPERIOR. CONSTRUÇÃO TERMOTEC. CONFECCIONADA EM MATERIAL COM 0% DE ABSORÇÃO DE ÁGUA.	I	UNIDADE	25	R\$ 366,04	R\$ 9.151,00
77	150563 – BOLA FUTEBOL CAMPO Nº 04, MATERIAL SINTÉTICO, TERMOTEC, PU, CÂMARA DE AIRBILITY, 100% COSTURADO, MIOLO SLIP SISTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICÁVEL COSTURADA, CONFECCIONADA EM PVC, PESO 360-390G, CIRCUNFERÊNCIA 64-	I	UNIDADE	20	R\$ 145,66	R\$ 2.913,20

	66CM, MARCA DE REFERÊNCIA PENALTY DE QUALIDADE SIMILAR OU SUPERIOR.					
78	150563 - BOLA FUTEBOL , CAMPO, MATERIAL COURO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COSTURADA/CHANCELA. BOLA OFICIAL DE FUTEBOL DE CAMPO Nº 03, COSTURADA, CONFECCIONADA EM PVC, PESO 350-380G, CIRCUNFERÊNCIA 61-64 CM, MIOLO REMOVÍVEL, CÂMARA AIRBILITY. MARCA DE REFERÊNCIA PENALTY DE QUALIDADE SIMILAR OU SUPERIOR	I	UNIDAD E	20	R\$ 193,33	R\$ 3.866,60
79	414358 - CRONÔMETRO, MATERIAL CARCAÇA: PLÁSTICO ABS, TIPO: BOLSO, FUNCIONAMENTO: BATERIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FUNÇÕES INÍCIO, PARADA E RESET, MEMÓRIA, RELÓGIO E	I	UNIDAD E	10	R\$ 449,27	R\$ 4.492,70
80	337057- EXERCITADOR MUSCULATURA, TIPO: LEVE, APLICAÇÃO: FAIXA ELÁSTICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RESISTÊNCIA GRADATIVA, MATERIAL: BORRACHA NATURAL, LARGURA: 13 CM	I	UNIDAD E	05	R\$ 27,36	R\$ 136,80
81	337061 - EXERCITADOR MUSCULATURA, TIPO: MÉDIO LEVE, APLICAÇÃO: FAIXA ELÁSTICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RESISTÊNCIA GRADATIVA, MATERIAL: BORRACHA NATURAL, LARGURA: 13 CM	I	UNIDAD E	05	R\$ 39,70	R\$ 198,50
82	379656 - EXERCITADOR MUSCULATURA, TIPO:	I	UNIDAD E	10	R\$ 131,06	R\$ 1.310,60

	FORTE, APLICAÇÃO: FAIXA ELÁSTICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RESISTÊNCIA GRADATIVA, MATERIAL: BORRACHA NATURAL, LARGURA: 15 CM					
83	112305 - APARELHO / ACESSÓRIO - ACONDICIONAMENTO FÍSICO , MINI BAND: MATERIAL EM LÁTEX, COM 03 NÍVEIS DE RESISTÊNCIA (FÁCIL, MÉDIO E DIFÍCIL). DIMENSÕES: 0,4X25X5 (PXLXA) CM/ 0,7X25X5 (PXLXA)/ 1,0X25X5 (PXLXA), SIMILAR AO MODELO ACTE SPORTS OU SUPERIOR.	I	UNIDAD E	10	R\$ 279,52	R\$ 2.795,20
84	112305 - APARELHO / ACESSÓRIO - ACONDICIONAMENTO FÍSICO , FAIXA ELÁSTICA - MINI BAND - TAMANHO ÚNICO. CONJUNTO COM 3 FAIXAS. TRÊS INTENSIDADES DIFERENTES. TRABALHAR O CORPO INTEIRO DE MANEIRA DIVERTIDA E PRÁTICA - COMPOSIÇÃO: EM LÁTEX - DIMENSÕES APROXIMADAS (LXAXP): 1,5X55X1,5 - GARANTIA DO FABRICANTE: 3 MESES - CONTRA DEFEITO DO FABRICANTE. INTENSIDADE: EXTRA FORTE ITENS INCLUSOS: 01 FAIXA EXTRA FORTE/ 01 FAIXA FORTE / 01 FAIXA MÉDIA	I	UNIDAD E	15	R\$ 54,14	R\$ 812,10
85	112305 - APARELHO / ACESSÓRIO - ACONDICIONAMENTO FÍSICO , MINI BAND COM TRÊS PEÇAS INCLUSO. . FAIXA ELÁSTICA - MINI BAND - TAMANHO ÚNICO.	I	UNIDAD E	10	R\$ 85,91	R\$ 859,10

	CONJUNTO COM 3 FAIXAS. TRÊS INTENSIDADES DIFERENTES. TRABALHAR O CORPO INTEIRO DE MANEIRA DIVERTIDA E PRÁTICA - COMPOSIÇÃO: EM LÁTEX - DIMENSÕES APROXIMADAS (LXAXP): 1,5X55X1,5 - GARANTIA DO FABRICANTE: 3 MESES - CONTRA DEFEITO DO FABRICANTE. INTENSIDADE: EXTRA FORTE ITENS INCLUSOS: 01 FAIXA EXTRA FORTE/ 01 FAIXA FORTE / 01 FAIXA MÉDIA					
86	112305 - APARELHO / ACESSÓRIO - EXERCITADOR MUSCULATURA, TIPO TRABALHO ISOLADO EM MOLA INDIVIDUAL OU GLOBAL, APLICAÇÃO PARA MÃOS E DEDOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS RESISTÊNCIA DE 5 LB, MATERIAL PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA	I	UNIDADE	20	R\$ 136,71	R\$ 2.734,20
87	232116 - ESPAGUETE HIDROGINÁSTICA, MATERIAL POLIETILENO EXPANDIDO, FORMATO TUBO FLEXÍVEL, APLICAÇÃO NATAÇÃO E HIDROGINÁSTICA	I	UNIDADE	30	R\$ 32,99	R\$ 989,70
88	229741 - CANELEIRA, MATERIAL: BORRACHA, TIPO: SIMPLES, TAMANHO: G, COR :AZUL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:REGULÁVEL, PESO:1 KG, USO:GINÁSTICA	I	UNIDADE	04	R\$ 40,60	R\$ 162,40
89	229742 - CANELEIRA, MATERIAL: BORRACHA, TIPO: SIMPLES, TAMANHO: G, COR :AZUL, CARACTERÍSTICAS	I	UNIDADE	04	R\$ 51,29	R\$ 205,16

	ADICIONAIS:REGULÁVEL, PESO:2 KG, USO:GINÁSTICA					
90	261460 - CANELEIRA, MATERIAL :BORRACHA, TIPO:SIMPLES, TAMANHO:M, COR:AZUL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:REGULÁVEL, PESO:4 KG, USO:GINÁSTICA	I	PAR	04	R\$ 169,93	R\$ 679,72
91	150805 - BOLA ESPORTIVA , BOLA OFICIAL DE VÔLEI, MATRIZADA, COM 18 GOMOS, CONFECCIONADA COM MICROFIBRA, DIÂMETRO: 65 - 67 CM, PESO: 260 - 280 G, CÂMARA BORRACHA BUTÍLICA, MIOLO REMOVÍVEL E LUBRIFICADO, CERTIFICADO DE OFICIALIZAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VÔLEI (CBV) E DA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE VÔLEI.	I	UNIDAD E	20	R\$ 407,84	R\$ 8.156,80
92	411184 - APARELHO , EQUIPAMENTO PARA CONDICIONAMENTO FÍSICO, TIPO : BOLA PARA PILATES, MODELO: BOLA SUIÇA, APLICAÇÃO: CONDICIONAMENTO FÍSICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS : DIÂMETRO: 75 CM,PVC ANTIDERRAPANETEM ,CARGA : 300 KG	I	UNIDAD E	10	R\$ 96,37	R\$ 963,70
93	150805 - BOLA ESPORTIVA , BOLA INFLÁVEL, PARA EXERCÍCIOS AERÓBICOS / FITNESS.BOLA PARA EXERCÍCIOS DE REFORÇO FACILMENTE INFLÁVEL COM CANUDO PRÓPRIO. MATERIAL: PVC. DIMENSÕES: 25 CM (DIÂMETRO).	I	UNIDAD E	10	R\$ 35,00	R\$ 350,00

	SEGURANÇA: SISTEMA ANTI ESTOURO. PESO DO PRODUTO: 0,085 KG					
94	150168 - BOLA HANDEBOL , BOLA PROFISSIONAL HANDEBOL. UNISSEX TAMANHO: 58 A 60 CM DE CIRCUNFERÊNCIA. PESO: 425 A 475 GRAMAS. 32 GOMOS.MIOLO REMOVÍVEL E LUBRIFICADO	I	UNIDAD E	10	R\$ 182,63	R\$ t1.826,30
95	150805 - BOLA ESPORTIVA , BOLA DE BASQUETE TAMANHO: 7 MATERIAL: BORRACHA COMPOSIÇÃO: BORRACHA PESO APROXIMADO DO PRODUTO: 450G MÍNIMO DE CIRCUNFERÊNCIA: 70 CM.	I	UNIDAD E	10	R\$ 83,30	R\$ 833,00
96	258385 - BOLA FUTSAL , PESO CHEIA 400 A 440 G, CIRCUNFERÊNCIA 62 A 64 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM COSTURA, COM CHANCELA DA RESPECTIVA FEDERAÇÃO	I	UNIDAD E	10	R\$ 241,64	R\$ 2.416,40
97	150563 - BOLA FUTEBOL - BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO, SEM COSTURA, COM TECNOLOGIA PARA NÃO ABSORÇÃO DE ÁGUA, COMPOSIÇÃO EM PVC, COM PESO ENTRE 410 E 450 GRAMAS, CIRCUNFERÊNCIA ENTRE 68 E 70 CENTÍMETROS, COM SELO DE APROVAÇÃO E GARANTIA DA CBF/FIFA. BOLA FUTEBOL, BOLA FUTEBOL . BOLA DE FUTEBOL; PU; 410-450 G; SEM COSTURA; 100%TPU	I	UNIDAD E	10	R\$ 213,39	R\$ 2.133,90
98	139572 - COLCHONETE GINÁSTICA , COLCHONETE P/ GINASTICA 100 X 60 X 3 CM - AZUL - ESPUMA D33	I	UNIDAD E	14	R\$ 64,22	R\$ 899,08

	- FORRO 100% EM NAPA - COM TRATAMENTO ANTI-ÁCARO E ANTIALÉRGICO.					
99	389340 - MAÇA MAÇA, MATERIAL: PVC, PESO: 150 G, COMPRIMENTO: 45 CM, APLICAÇÃO: RECREAÇÃO	I	PAR	20	R\$ 140,12	R\$ 2.802,40
100	393390 - ARCO DE GINÁSTICA RÍTMICA (BAMBOLÊ), MATERIAL: ALUMÍNIO, DIÂMETRO: 0,75 M, APLICAÇÃO: PRÁTICAS ESPORTIVAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DESENCAPADO	I	UNIDADE	12	R\$ 68,92	R\$ 827,04

1.2 Este Termo de Referência segue as orientações da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para atendimento do Decreto n. 8.538/2015, sendo a licitação exclusiva para ME/EPP/Coop (Tipo I – Participação exclusiva de ME/EPP/Coop).

1.3 A pesquisa de mercado segue as determinações da Instrução Normativa n. 73/2020, emitida pelo Ministério da Economia, sendo utilizada como metodologia para obtenção do preço de referência para a contratação à média dos valores obtidos na pesquisa de preços. A pesquisa foi feita junto ao Banco de Preços, refletindo a similaridade dos materiais, quantitativos e preços. Os valores obtidos na pesquisa foram avaliados criticamente, no sentido de que suas médias não apresentam grandes variações, não comprometendo a estimativa do preço de referência, representando de forma satisfatória os preços praticados no mercado.

1.3.1 O Banco de Preços é um avançado banco de dados desenvolvido para auxiliar em todas as fases da contratação pública: preparação, licitação e execução do contrato. Possui a maior base de consulta disponível no mercado, com mais de 12 milhões de preços, o que amplia o resultado da pesquisa, afere a realidade dos preços e atende aos princípios constitucionais da economicidade e da moralidade. Possui funcionalidades exclusivas que o caracterizam como uma solução integrada e completa. Além da pesquisa global, sem distinção de fonte, o recurso possibilita a realização de pesquisas específicas e individualizadas nos Portais Compras Governamentais, Licitações-e e Bolsa Eletrônica de Compras – BEC, nos sítios eletrônicos especializados e de domínio amplo e, ainda, junto aos fornecedores, possibilitando maior transparência quanto aos parâmetros utilizados e garantindo a amplitude da pesquisa (art. 37, caput da CF/88 e Acórdão n. 1445/2015-TCU/Plenário). Para os órgãos e entidades integrantes do SISG, operacionaliza a utilização de todos os parâmetros indicados na IN n. 73/2020, de forma conjunta ou individualizada, conforme a conveniência e oportunidade administrativa.

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da homologação, não prorrogável.

2 DA JUSTIFICATIVA PARA AQUISIÇÃO DOS MATERIAIS

2.1 As quantidades informadas neste Termo de Referência, tendo como base o Estudo Técnico Preliminar, serão suficientes para atender a(s) unidade(s) solicitante(s), pelo período

de 12 meses, tomando como parâmetro básico os quantitativos estimados na proposta orçamentária para o exercício de 2020, combinado com o histórico da demanda do material objeto deste instrumento, nos últimos exercícios.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4 DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1 Os materiais são considerados bens comuns, para fins do disposto no art. 3º, inciso II, do Decreto n. 10.024/2019, devendo a licitação ser realizada na modalidade Pregão Eletrônico SRP, Tipo Menor Preço.

4.2 Em conformidade com o art. 3º, do Decreto n. 7.892/2013, a escolha pelo SRP se dá em razão do seguinte fator:

4.2.1 Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas.

4.3 Será vedado efetuar acréscimos nos quantitativos, quando da assinatura da Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/1993, conforme estabelecido no Decreto n. 7.892/2013.

5 DA ENTREGA DOS MATERIAIS E DA ACEITAÇÃO DOS OBJETOS

5.1 O prazo de entrega dos materiais é de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, enviada pela Coordenação de Compras através do e-mail compras_ufam@hotmail.com, em remessa única.

5.1.1 Os materiais de consumo deverão ser entregues à Coordenação de Almoxarifado, localizada na Avenida Rodrigo Octávio Jordão Ramos, nº 6.200, Bloco S, Setor Sul, Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho, Bairro Coroadó, CEP 69077-000, em Manaus/AM.

5.1.1.1 A empresa fornecedora deverá comunicar a Coordenação de Almoxarifado sobre a entrega dos materiais com, no mínimo, 02 (dois) dias de antecedência, através do telefone (92) 3305-4201 ou pelo e-mail almoxarifado@ufam.edu.br, possibilitando ao setor liberar e organizar o espaço destinado ao recebimento dos materiais no estoque.

5.1.2 Os materiais permanentes deverão ser entregues à Coordenação de Patrimônio, localizada na Avenida Rodrigo Octávio Jordão Ramos, nº 6.200, Prédio do Patrimônio, Estrada do Aviário, Setor Sul, Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho, Bairro Coroadó, CEP 69077-000, em Manaus/AM.

5.1.2.1 A empresa fornecedora deverá comunicar a Coordenação de Patrimônio sobre a entrega dos materiais com, no mínimo, 02 (dois) dias de antecedência, através do telefone (92) 3305-1187 ou pelo e-mail patrimonio@ufam.edu.br, possibilitando ao setor liberar e organizar o espaço destinado ao recebimento dos materiais no estoque.

5.2 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 07 (sete) dias pelas Coordenações, responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15(quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.4.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 São obrigações da Contratante:

6.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

6.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

6.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

6.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através da Coordenação do Almoxarifado e/ou Coordenação do Patrimônio.

6.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

6.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

7.1.1.1 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso.

7.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/1990).

7.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

7.1.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

7.1.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.1.6 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8 DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1 Não será admitida a subcontratação para fornecimento dos materiais.

9 DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10 DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1 Nos termos do art. 67, da Lei n. 8.666/1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1 O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (Cento e Setenta e Seis Mil Reais) será confiado a uma Comissão de, no mínimo, 03 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70, da Lei n. 8.666/1993.

10.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11 PAGAMENTO

11.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicadas pelo contratado.

11.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6 Antes de cada pagamento à contratada será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.11.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)I = \left(\frac{6}{100} \right)^{\frac{I}{365}} \quad \begin{matrix} I = 0,00016438 \\ TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\% \end{matrix}$$

12 DO REAJUSTE

12.1 Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

14 GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

14.1 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

14.2 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

14.3 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

14.4 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

14.5 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

14.6 Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

14.7 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

14.8 Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

14.9 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

14.10 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

14.11 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

15 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei n. 8.666/1993 e da Lei n. 10.520/2002, a Contratada que:

15.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação.

15.1.2 Ensejar o retardamento da entrega dos materiais.

15.1.3 Falhar ou fraudar no fornecimento dos materiais.

15.1.4 Comportar-se de modo inidôneo.

15.1.5 Cometer fraude fiscal.

15.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

15.2.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante.

15.2.2 Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

15.2.3 Multa compensatória de 1% (um por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho, no caso de inexecução total do objeto (não entrega do material).

15.2.4 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

15.2.5 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

15.2.6 Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

15.2.6.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 15.1 deste Termo de Referência.

15.2.7 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

15.3 As sanções previstas nos subitens 15.2.1, 15.2.5, 15.2.6 e 15.2.7 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.4 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei n. 8.666/1993, a Contratada que:

15.4.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

15.4.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.

15.4.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei n. 8.666/1993, e subsidiariamente a Lei n. 9.784/1999.

15.6 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15.6.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.7 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.9 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.10 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.11 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.12 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

16.1 O custo estimado total da aquisição é de **R\$ 277.669,04 (Duzentos e Setenta e Sete Mil, Seiscentos e Sessenta e Nove Reais e Quatro Centavos).**

17 DA CONFORMIDADE DO PROCESSO COM A MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

17.1 Este Termo de Referência para aquisição de material amolda-se à manifestação jurídica referencial correspondente ao PARECER N. 00001/2017/CONS/PFFUA/PGF/AGU, cujas recomendações restam atendidas no caso concreto.

17.2 Fica assim dispensada a remessa dos autos para exame individualizado pela Procuradoria Federal junto à FUA, conforme autorizado pela Orientação Normativa n. 55, da Advocacia Geral da União.

Manaus/AM, 26 de agosto de 2020.

Responsável pelo Termo de Referência retificado

RAPHAEL ANTONIO QUEIROZ RUSSO
Pregoeiro do DEMAT

Autorização do DEMAT

JOICE RIBEIRO DOS SANTOS
Diretora do DEMAT

Autorização da Autoridade Competente

Eu, RAIMUNDO NONATO PINHEIRO DE ALMEIDA, Pró-Reitor de Administração e Finanças, **APROVO** o presente Termo de Referência e **AUTORIZO** a abertura do processo licitatório para aquisição dos materiais. O processo está adequado à Lei Federal n. 8.666/1993, ao Plano Anual de Contratações (IN SEGES/ME n. 01/2019), ao art 3º do Decreto n. 10.193/2019 e ao Orçamento-Programa do Exercício de 2020.

Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico Compras
Atualização: Julho/2020 (disponível
em http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/244963)

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VINCULO FAMILAR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2020

Declaramos que não constam em nossos quadros societários servidores da FUA ou administradores que mantenham vínculo familiar com detentor de cargo em comissão ou função de confiança, atuante na área responsável pela demanda ou contratação, ou de autoridade a ele hierarquicamente superior, em cumprimento ao Acórdão Nº 409/2015 – TCU - Plenário.

Local e data

Assinatura e carimbo
(Representante Legal)

Observação: emitir em papel que identifique a entidade expedidora.

ANEXO III

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° XXX/20XX FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

O(A).....(*órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços*), com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 200..., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 013/2020, publicada no de/...../200....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de material de consumo e permanente (Materiais Esportivos e de Fisioterapia), conforme condições, quantidades, exigências e estimativas encaminhadas pela Faculdade de Educação Física e Fisioterapia/FEFF, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão nº 013/2020, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

3.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de

preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

- 3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 3.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 3.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, **ao dobro do quantitativo de cada item** registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.
 - 3.4.1. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).
- 3.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
- 3.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
 - 3.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

4. VALIDADE DA ATA

- 4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 meses**, a partir da data de sua homologação, não podendo ser prorrogada.

5.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

- 6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
- 6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos

órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

8.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

8.3.1. contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

8.3.2. contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances

8.4. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em **02 (duas) vias** de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes **e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).**

Local e data
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)